

1 **ATA 560 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMUS** – Conselho Municipal de Saúde de
2 Caraguatatuba, realizada no dia **27 de fevereiro de 2019**, às 14 horas, no Auditório da Saúde, 1º Andar,
3 na Av. Maranhão nº 451, Jardim Primavera. **Conselheiros presentes:** Representantes do Poder Público:
4 Sra. Derci de Fátima Andolfo (suplente), Sr. André Luís da Silva Leandro (titular), Sra. Priscila Meyer
5 (titular); Representante das Entidades Filantrópicas – Prestadora de Serviço ao SUS: Sra. Elen Rosi
6 Martins (titular); Representantes dos Profissionais da Saúde: Sra. Maria do Amparo de M. Manoukian
7 (titular), Sra. Ceci Oliveira Penteadó (suplente), Sra. Ana Aparecida Fernandes (suplente); Representante
8 das Entidades ou Assistência à Saúde: Sr. José Aparecido dos Santos (titular); Representante das
9 Sociedades Amigos de Bairros: Sra. Sônia Maria Fante (suplente); Representantes dos Conselhos
10 Gestores das Unidades: Sr. Ilson Vitório de Souza (titular), Sr. Guaracy Alves de Alcântara (suplente), Sr.
11 Edson Mendes do Amaral (titular); Representante de Entidades ou Associações dos Aposentados do
12 Município – AAPC: Sra. Nilma da Silva Spranger (titular); Representante dos Sindicatos ou Associações
13 Patronais do Município: Sr. Eduardo Meirelles (titular). **Ouvintes presentes:** Representantes da
14 Secretaria Municipal de Saúde: Sr. Humberto Freitas Felício, Sr. Paulo Malta de Carvalho Filho, Sr.
15 Josenildo de Jesus Fila, Sra. Laura Cereser, Sra. Graciete Saraiva, Sr. Olegário Alves dos Santos, Sra.
16 Nádia Renó Leopoldino. **Ausências justificadas:** Representante das Entidades ou Associações de
17 Assistência à Saúde: Sra. Julia de Fátima Umbelino, por motivo de problemas pessoais. A reunião
18 extraordinária foi conduzida pela Presidente Priscila Meyer que confere a lista para a confirmação de
19 quórum, confirmado inicia a reunião fazendo a leitura da pauta e na sequência registra a presença dos
20 representantes da Secretaria de Saúde que irão dirimir as dúvidas que surgirem no decorrer da
21 apresentação. **Pauta única: Apresentação do Relatório de Prestação de Contas do 3º Quadrimestre**
22 **de 2018.** A Presidente passa a palavra para a Sra. Nádia que fará a apresentação. O Sr. Edson pede a
23 palavra e coloca que a Comissão de Avaliação de Instrumento e Planejamento fez um relatório, o mesmo
24 será apresentado antes ou depois. A Presidente responde que a Comissão fez o relatório e posteriormente
25 houve algumas alterações por parte das diretorias e outras que foram apontadas no referido relatório,
26 sendo enviado e-mail com as alterações realizadas. Esclarece ainda, que muitos dos apontamentos
27 realizados pela Comissão estarão sendo contempladas no RAG – Relatório Anual de Gestão de 2018 e/ou
28 no SARGSUS – Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão. Os membros da Comissão a Sra. Ceci e o Sr.
29 José Aparecido estão presentes podem manifestar no decorrer da apresentação. A Sra. Ceci esclarece que
30 alguns erros como de porcentagem, já foram feito correções, colocamos algumas sugestões como
31 conselho referente ao que pode ser melhorado, bem como algumas situações que poderão ser discutidas.
32 O Sr. Edson pergunta se o relatório esta atualizado, pois participou das Pré-Conferências e algumas
33 recomendações de usuários estão condensadas no documento. A Sra. Ceci confirma e que o relatório é
34 diferente do que havíamos lido anteriormente. Segue a apresentação. O Sr. Ilson Vitório pergunta qual a
35 origem das reclamações da ouvidoria e se pode descrevê-las. A Presidente responde que a central de
36 regulação de vagas está subordinada ao planejamento, basicamente as reclamações são relacionadas á
37 central de regulação, que muitas não são da central de regulação e acaba sendo oriundas da Unidade de
38 Saúde, algumas são do Hospital e outras são relacionadas à demora de exames, ressalta que é aberto um
39 esquema de demanda pelo sistema da ouvidoria do SUS – Sistema Único de Saúde, encaminhado para
40 todas as diretorias que respondem a ouvidoria. O Sr. Ilson Vitório pergunta se pode fazer requerimento da
41 disponibilidade das informações. A Presidente responde que as informações são sigilosas. A Sra. Laura
42 Cereser explica que o protocolo é do ouvidor de Brasília, passamos as informações que solicitam na
43 reclamação, ou seja, como a Presidente explicou a ouvidoria encaminha, recebe e transmite ao usuário,
44 cabe a este aceitar ou não, mais uma vez deixa claro que só podem ser divulgados dados numéricos.
45 Segue a apresentação no item Ouvidoria. O Sr. Edson pergunta aos representantes da Secretaria em
46 relação ao número total de consultas das Unidades, o que acham da quantidade de duzentas e trinta

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including "nrs", "ma", "mam", and "Res. Saúde".

47 reclamações e também em relação ao quantitativo de elogios. O Sr. André Leandro esclarece que a média
48 de atendimento da UPA – Unidade de Pronto Atendimento Sul, Centro e Massaguaçu ocorrem
49 atendimento estimado de dezenove mil consultas em quatro meses, sem contar que em dezembro temos a
50 temporada, estamos fazendo a média de setenta e seis mil consultas na UPA, se for contar um por cento
51 de reclamação estaríamos falando de setecentos e sessenta reclamações, só a UPA teve onze, então
52 estamos com menos de um por cento de reclamação do atendimento registrado, pois sabemos que existem
53 reclamações que não chegam a ser registradas, e diz que de onze colocássemos cem por cento sendo cento
54 e dez reclamações, ainda assim não chegaria a um por cento do atendimento, unanimidade no serviço de
55 urgência e emergência não tem, queremos alcançar um nível de satisfação o quanto melhor possível, em
56 se tratando das Unidades de Saúde a média de cada uma é de doze mil consultas do ESF – Estratégia de
57 Saúde da Família ao mês. O Sr. Ilson Vitório pergunta se as reclamações são personalizadas, direcionada
58 a pessoa ou ao sistema. A Sra. Laura Cereser responde que é direcionado às vezes ao profissional, o
59 próprio protocolo da Unidade que a pessoa esta, pode ser de diversas origens e é registrada como um
60 espelho da demanda é indeletável, temos todas e são voltadas ao relacionamento humano. O Sr. Ilson
61 Vitório pergunta se o Ministério Público pedir as denúncias deixa de ser credencial e é enviado ou não. A
62 Sra. Laura Cereser responde que a ouvidoria tem os canais específicos, pois possui escuta, acolhimento e
63 registro não têm resolutividade e tampouco fins jurídicos. O Sr. André Leandro complementa que o
64 Ministério Público solicita ao juiz a quebra de sigilo, somente com ordem judicial. O Sr. José Aparecido
65 coloca que as reclamações podem ser de mesmo conteúdo e se estão sendo resolvidas, pois é assunto de
66 interesse do Conselho. A Presidente informa que quando a Ouvidoria envia as demandas para as
67 respectivas áreas para que sejam respondidas, as diretorias tomam ciência do tipo de reclamação e elogios
68 para resolver e dar uma resposta ao usuário, na maioria das vezes há uma resolução. O Sr. André Leandro
69 coloca que no setor de urgência e emergência quando chega reclamação de mau tratamento pelo
70 profissional, é dada a oportunidade para que este possa dar a sua versão do fato ocorrido, através de
71 documento. O Sr. Guaracy pergunta dos casos em que não há respostas de denúncia que os profissionais,
72 Secretaria de Saúde e Educação não respondem de maneira alguma, como proceder depois, ratifica,
73 reitera e ninguém dá resposta. A Sra. Laura Cereser informa que na ouvidoria SUS sendo está à única
74 pelo qual pode esclarecer dúvidas, existe um prazo para resposta das reclamações e é diretamente ligada
75 aos Secretários, tanto que são estes que indicam o ouvidor. O Sr. Edson propõe uma visita à Ouvidoria
76 para que a Sra. Laura Cereser possa explicar todo o procedimento que ocorre. A Sra. Laura Cereser
77 coloca que tem um espaço limitado e propõe uma exposição no próprio auditório do sistema da Ouvidoria
78 para os conselheiros, o ouvidor SUS tem um protocolo que vem direto de Brasília e não pode alterá-lo
79 tanto que se houver necessidade de apagar só em Brasília. O Sr. Ilson Vitório pede a palavra e pergunta se
80 quando o cidadão entra na Ouvidoria a informação vai direto para Brasília. A Sra. Laura Cereser coloca
81 que é editado ao sistema da Ouvidoria do Ministério, sendo está diferenciada. A Presidente sugere inserir
82 o assunto em questão em reunião para que a Sra. Laura Cereser apresente as etapas, o fluxo quando chega
83 uma demanda seja por telefone, e-mail, pessoalmente ou quando abre as urnas mensalmente das Unidades
84 e na sequência coloca para a aprovação do plenário. Sendo APROVADO por unanimidade. A Sra. Nilma
85 relata que realizou uma denúncia por telefone de sua própria residência utilizando o zero oitocentos, após
86 a denúncia ela recebeu em sua casa uma carta de Brasília com a resposta de sua denúncia. A Sra. Laura
87 Cereser pergunta há quanto tempo ocorreu este fato e explica quando a cidade não tem Ouvidoria SUS
88 implantada a pessoa recebe a resposta diretamente e quando a cidade possui a denúncia é realizada pelo
89 número cento e trinta e seis ou pelo número zero oitocentos e a demanda é encaminhada para ouvidoria
90 da cidade, em seguida encaminhada para os devidos setores e há integração total com Brasília. Segue a
91 apresentação. A Presidente informa que ainda persiste a falta de medicamento de alto custo do estado e
92 que ficou com a vacância de vários tipos de medicamentos no ano passado depois teve lapsos em alguns

[Handwritten signatures and notes at the bottom of the page, including "MAR", "José", "mam", "A", "A", "COM RESOLUÇÃO"]

93 quadrimestres, ressalta que a prefeitura já fez algumas aquisições através da RP – Registro de Preços tem
 94 feito o contraponto com os medicamentos, até o momento o estado ainda não regularizou a entrega dos
 95 medicamentos. O Sr. Edson cita uma situação na qual uma amiga foi em busca de um medicamento de
 96 alto custo e não tinha disponível. A Sra. Graciete pede a palavra e esclarece que desde dois mil e dezoito
 97 o estado começou a ter essas janelas de dispensação de medicamento só que não há uma sequência de
 98 qual medicamento está em falta, porque não é sempre o mesmo medicamento, porém não tem como
 99 prever o medicamento certo que estará em falta, o prefeito assinou um ato autorizando que registrasse
 100 preço dos medicamentos do estado para poder prover as janelas, a expectativa é de que no máximo quinze
 101 dias consiga suprir os medicamentos que o estado não está suprindo. Também explica que o usuário
 102 reclama pelo fato de ter medo e ansiedade de ficar sem o medicamento e por mais que tenha o
 103 conhecimento desse processo não consegue esperar a medicação chegar, o medicamento não pode ser
 104 comprado com antecedência existe um tempo hábil por ser de alto custo. A Presidente ressalta que devido
 105 o setor de medicamento de alto custo e uso contínuo do CEM – Centro de Especialidades Médicas ser
 106 próximo a Ouvidoria facilita para que usuários façam reclamações. A Sra. Laura Cereser comunica que já
 107 entrou em contato com o ouvidor Sr. Orlando da DRS-XVII – Diretoria Regional de Saúde e em algumas
 108 situações teve resolutividade, como exemplo casos de medicamentos que custavam oitocentos a
 109 seiscentos reais, os usuários que receberam agradeceram. A Sra. Derci ressalta que uma boa sugestão de
 110 proposta para conferencia seria que o estado disponibilize para os municípios a relação de medicamentos
 111 de alto custo que está prevista no protocolo, o financiamento do estado não está sendo suficiente para
 112 poder comprar os medicamentos, com a falta de financiamento do estado o município é penalizado, o ano
 113 passado foi penalizado em duzentos mil reais. Segue a apresentação. A Sra. Ceci coloca que foram feitas
 114 algumas recomendações da comissão a respeito de insatisfação com recursos humanos, rotina do sistema
 115 totem, demora na marcação de exame e consulta, são assuntos que estão refletindo nas Pré-Conferências.
 116 A população tem muita dificuldade em utilizar esse sistema, dificuldade relacionada à senha e ao tempo
 117 de espera para atendimento, reclamações referentes ao atendimento profissional, diante disso é pedido
 118 para reavaliar a capacitação e desempenho dos funcionários e avaliar se pessoa tem ou não perfil de
 119 atendimento ao público. Outro item seria a sensibilização da ação de acolhimento que já está acontecendo
 120 e reavaliar conduta de diagnóstico, demora a marcação de exames e consultas de especialidades,
 121 verificarem exames em falta a mais de cento e oitenta dias, avaliação das causas de absenteísmo, com isso
 122 as proposta nas Pré-Conferências. O Sr. Ilson Vitório relata que de forma reiterada e legitimamente
 123 sempre trouxe essas questões publicamente a mais de quatro anos e ninguém pode ignorar. A Sra. Ceci
 124 complementa que isso é algo permanente a ser discutido. Segue a apresentação. O Sr. Edson pergunta por
 125 quem são realizadas estas auditorias. A Presidente responde médico auditor, enfermagem e o pessoal da
 126 UAC – Unidade de Avaliação e Controle, administrativos e auditores. O Sr. Ilson Vitório questiona os
 127 resultados das auditorias se apresentam com algum sentido propositivo. A Presidente esclarece que são
 128 auditorias de procedimentos e faturamentos, principalmente na questão da Santa Casa que é feito os
 129 espelhos da IH – Internação Hospitalar, verificado os procedimentos, os tipos de doenças se os
 130 procedimentos realizados são condizentes, é feito o faturamento, existe um sistema que rejeita
 131 determinado CID – Classificação Internacional de Doenças, fazem uma correlação e audita alguns
 132 prontuários por amostragem. O Sr. Ilson Vitório pergunta se tem alguma comissão e portaria definida. A
 133 Presidente responde que são várias etapas, tem uma portaria que diz que os auditores da Secretaria e a
 134 parte administrativa é o Sr. Josenildo é responsável e faz parte do faturamento. O Sr. Edson relata que
 135 esteve em uma reunião do Conselho Gestor na Casa de Saúde Stella Maris e questionou junto ao Sr. Ilson
 136 Vitório a placa na entrada que informa que prestam serviços ao SUS gratuitamente, porém esse serviço é
 137 pago pelo município. O Sr. Ilson Vitório pede para alterar a placa já que o município repassa uma verba
 138 altíssima, satisfatório ou não o serviço, mas deve conter de acordo com convênio, a frase foi mal

A collection of handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page. From left to right, there are several distinct marks, including what appears to be a signature 'Jem', another 'Jem', and a signature 'D. J. Mann'. On the far right, there is a signature that reads 'com Rosália'.

139 formulada. O Sr. André Leandro explica que no contrato com a prefeitura existe uma cláusula que obriga
140 a colocação da placa no hospital e esclarece que isso não quer dizer que a Santa Casa não recebe e sim
141 que o serviço prestado ao usuário mediante SUS é gratuito. Segue a apresentação. A Presidente esclarece
142 que a Central de Agendamentos é feito através do CROSS – Central de Regulação de Oferta de Serviço
143 de Saúde, consultas especializadas no CEM e no Porto Novo. O Sr. Edson pede a palavra relata que fez
144 consultas no AME – Ambulatório Médico de Especialidades e que no último mês houve um absenteísmo
145 de quatro mil setecentos e oitenta procedimentos no AME, em um mês como pode esse valor no
146 quadrimestre quatro mil consultas especializadas. A Presidente explica que o número informado na
147 recepção do AME apresenta o total de absenteísmo dos procedimentos quanto a exames, consultas,
148 pequenas cirurgias, sabemos que o AME é referência no litoral norte e algumas regiões do Vale, esses
149 dados são referentes ao município de Caraguatatuba. Segue a apresentação. O Sr. Edson pergunta se o
150 contrato dos exames e consultas foi feito na mesma época. A Presidente responde os contratos é a partir
151 de maio, junho e acabaram não sendo condensado para demonstrar no segundo quadrimestre, o Sr.
152 Humberto fez um levantamento são alguns meses do segundo quadrimestre e do terceiro quadrimestre,
153 porém estes exames e consultas vão via CROSS e enviados as Unidades. Segue a apresentação. O Sr.
154 Edson coloca que é um dado contraditório, o AME e o CEM quase não tiveram consultas porque o mês
155 era atípico, mas no CEM continuou o mesmo. A Presidente esclarece que caiu o número de agendamento,
156 exame e consequentemente a porcentagem. A Sra. Ceci coloca que a comissão fez recomendações para
157 instalação de procedimento de feedback entre a Central de Agendamento, Unidade Básica de Saúde
158 quanto aos retornos de encaminhamentos, reavaliarem os agendamentos de consulta ou do exame, saber
159 se entregaram à pessoa certa, outros procedimentos para contato com o paciente, principalmente com os
160 idoso, com objetivo de confirmação da consulta devido a enganos de horário agendado. O Sr. Ilson
161 Vitório relata um fato ocorrido com uma médica conhecida sem citar nomes, esta sendo abordado por
162 alguns pacientes no dia da reunião que foi marcado exame de manhã e os sistema totem atrasou cerca de
163 quatro horas, com isso atrasou todos os exames marcados no período da tarde, esse sistema continua
164 dando prejuízo e desgaste por esse motivo necessita de uma ação mais séria e efetiva para que não
165 desgaste o funcionário. A Presidente fala que a taxa absenteísmo dos faltosos dos “nossos” contratos, no
166 terceiro quadrimestre tivemos mil quatrocentos e sessenta e seis consultas, cinco mil e dezenove exames e
167 uma porcentagem de absenteísmo de vinte e cinco por cento, estes são contratos de compra de consultas e
168 exames. O Sr. Edson coloca que é um absurdo que estão pagando para a pessoa ir a um consultório,
169 laboratório e mesmo assim tem uma taxa alta de absenteísmo. O Sr. Ilson Vitório ressalta que esta questão
170 já foi reiterada diversas vezes e é um crime esse prejuízo. A Presidente esclarece que na realidade o
171 prejuízo erário nós não temos porque só é pago o procedimento realizado. O Sr. Ilson Vitório relata que é
172 de suma importância realizar campanhas para que os pacientes tenham maior consciência para não faltar
173 às consultas. A Presidente coloca que é uma questão cultural. O Sr. Paulo Malta pede a palavra e coloca
174 que se deve analisar em relação ao CEM, a redução drástica que teve de absenteísmo, do primeiro
175 quadrimestre ao terceiro quase caiu para a metade e do primeiro ao último quadrimestre quase trinta por
176 cento, o que quer dizer que no CEM as ações que estão sendo tomadas estão fazendo efeito. No AME não
177 temos contato com a rede interna com whatsapp, apenas aviso por mensagem no celular, reduziram um
178 pouco, mas não da maneira que conseguimos como no CEM. A Sra. Ana Fernandes pede a palavra e
179 coloca a questão do agendamento do AME, quando acontece a mudança da consulta, não consegue
180 contato com o paciente para comunicar a mudança, em alguns casos o agente comunitário vai até a
181 residência para informar, porém o AME nos manda e-mail informando a mudança tardia, normalmente
182 temos que comunicar o paciente em cima da hora, isso ocorre de três a quatro vezes ao dia, apenas com
183 um paciente, nem sempre é possível avisar o paciente. O Sr. Paulo Malta faz uma observação em relação
184 item absenteísmo que está com o cálculo errado ou digitado errado, solicita a correção. A Presidente diz,

[Handwritten signatures and notes at the bottom of the page, including names like 'mam', 'Ana', and 'com ressalva']

185 que será verificado e corrigido. A Sra. Ceci pede para verificar a possibilidade de elaborar uma campanha
186 no município usando meios de comunicação como rádio, internet entre outros, com objetivo de
187 conscientizar a população sobre as conseqüências do absenteísmo nas consultas médicas. O Sr. Eduardo
188 faz uma observação sobre o absenteísmo que não é um problema só de Caraguatatuba e sim uma
189 ocorrência nacional, é interessante verificar dados para saber como ocorre no sistema SUS no Brasil, a
190 campanha de conscientização deverá ser a nível nacional. Segue a apresentação. O Sr. Edson solicita que
191 em relação aos dados da consulta médica de urgência e emergência, se é possível ter um total e informar o
192 Conselho as consultas por especialidades. A Presidente esclarece que está dentro do termo do Convênio e
193 todos tem ciência. A Sra. Ceci faz referência ao quadro da Casa de Saúde Stella Maris e informa que
194 somando as consultas da UPA mais da metade da população do município é atendida na urgência e
195 emergência, há uma inversão, pois a nossa política de saúde não é urgência e emergência e sim atenção
196 básica, pede que seja separado atendimento da UPA e do Ambulatório. O Sr. Ilson Vitório pergunta
197 quando será realizada a audiência pública e qual meio de divulgação foi utilizado. A Presidente responde
198 que será dia 28 de fevereiro de 2019, às 15horas, na Câmara Municipal, sendo divulgado no jornal e site.
199 Segue a apresentação. O Sr. Edson pede a palavra e pergunta quantos leitos tem na UPA, considerando a
200 média de treze leitos ocupados por dia. O Sr. André Leandro responde que existem quinze leitos na
201 observação e seis na emergência. O Sr. Ilson Vitório pede a palavra e diz que referente aos dados da
202 urgência e emergência, que informações podem comprovar esses números exorbitantes em quatro meses.
203 A Presidente explica que isso é faturamento, por exemplo, o paciente entrou na Unidade, é feito
204 atendimento na recepção, abre uma ficha, preenche os dados e inicia os procedimentos, verifica pressão
205 na sala da pré-consulta, de temperatura, peso, etc. Após todos os procedimentos vai para o atendimento
206 médico, tudo é computado, pois tem o retorno, depois vai para a UAC – Unidade de Avaliação e Controle
207 que contabiliza é a auditoria que informa esses dados. O Sr. Ilson Vitório pede para impugnar esses
208 resultados, entende que extrapola a realidade diante de todas as questões que são vistas diariamente das
209 reclamações contínuas dos pacientes, parece que não condiz com a realidade. O Sr. André Leandro coloca
210 que é contrário a posição do Sr. Ilson Vitório, pois é o mesmo que duvidar da fé pública na qual são feitas
211 fichas de atendimentos onde servidores públicos alimentam o sistema oficial do governo federal no
212 momento da prestação de contas. O Sr. Ilson Vitório manifesta e diz que o papel de conselheiro é
213 legitimado e no direito. O Sr. André Leandro afirma que também é legitimado para sua posição. A
214 Presidente fala que fica registrado que a diretoria de planejamento através de sua auditoria deixa
215 disponível a caixa de competência de faturamento de qualquer mês e tempo a disposição dos
216 conselheiros. O Sr. André Leandro pede para deixar claro que é uma proposta de impugnação do
217 conselheiro e que não pode registrar como impugnação na ata. A Presidente afirma que é uma proposta
218 pessoal e restrita do Sr. Ilson Vitório e que não está em votação. A Sra. Ceci sugere ao Sr. Ilson Vitório a
219 verificação do número de consultas médicas e de enfermagem nas Unidades de Saúde, na urgência e
220 emergência esse número não é muito. O Sr. Edson pergunta que considerando o número de
221 procedimentos realizados pelo Pronto Atendimento do Massaguaçu do segundo e do terceiro
222 quadrimestre, desafogou o atendimento da UPA Centro, e qual a porcentagem de atendimento de
223 pacientes de Ubatuba e Caraguatatuba. O Sr. André Leandro responde que aproximadamente doze por
224 cento do atendimento de Ubatuba, esclarece que existe um grupo no whatsapp onde o coordenador
225 médico da PA do Massaguaçu Dr. Alexandre faz parte junto aos médicos de Ubatuba e tem contato direto
226 com o coordenador de urgência e quando começa a perceber que os profissionais de Ubatuba estão
227 encaminhando, entra em contato para devolver o paciente ao município, fazer este trabalho com o
228 paciente é inconstitucional, tem casos em que médicos de Ubatuba mandam o paciente fazer raios-x no
229 Massaguaçu, temos evitado através de vias profissionais e não diretamente aos pacientes. O Sr. Paulo
230 Malta coloca que se forem analisar cada procedimento com o usuário acaba contando, se ver que no

[Handwritten signatures and notes at the bottom of the page, including names like 'S. Inês', 'A. L. M.', and 'A. F.']

231 terceiro quadrimestre a UPA do Centro foram feitos sessenta mil consultas e teve duzentos e cinquenta e
 232 cinco mil procedimentos seriam uma média de quatro procedimentos por paciente, isso é justificável o
 233 alto número de procedimento apesar de serem números assustadores, os dados é verdadeiro. Segue a
 234 apresentação. A Presidente informa que o programa bolsa família tem uma particularidade, os dados são
 235 levantados por semestre. A Sra. Ceci coloca que há diferença de acompanhamento entre o número de
 236 famílias cadastradas e o número de famílias acompanhadas, dos seis mil, setenta e três por cento foram
 237 acompanhadas, por isso é necessário pensarmos no quadro do SISVAN – Sistema de Vigilância
 238 Alimentar e Nutricional na questão de alimentação a bolsa família. Segue a apresentação. O Sr. Edson
 239 pergunta à Secretária sobre o risco de sobrepeso, se existe algum programa para esse tipo de problema de
 240 nutricional. A Sra. Derci confirma e a Sra. Ceci complementa que existem seis mil famílias cadastradas e
 241 são acompanhadas mil cento e três crianças na questão alimentar. A Presidente informa que o
 242 SISPRENATAL – Sistema de Acompanhamento da Gestante teve algumas alterações no sistema e com
 243 as atualizações vai interagir com o E-SUS, portanto no próximo quadrimestre terá algumas alterações nas
 244 informações, ressalta que o sistema só esta disponível no módulo de alto risco e está sendo utilizado na
 245 Santa Casa. A Sra. Ceci coloca que o SISCOLO e SISMAMA – Sistema de Informação de Câncer do
 246 Colo do útero e Sistema de Informação do Câncer de Mama foi observado que neste quadrimestre o qual
 247 teve outubro rosa e novembro azul, notamos que o SISMAMA não houve diferença. A Presidente
 248 esclarece que o SISCOLO e SISMAMA só são alimentados após serem fatiados, não é lançado à coleta
 249 e exame somente o resultado. A Sra. Derci informa que por determinação do prefeito a implantação do
 250 Centro de Referência da Mulher do município de Caraguatatuba, está prevista a inauguração para abril no
 251 aniversário da cidade, esse centro é com certeza trará uma melhora nos indicadores, esperamos uma
 252 melhora e uma centralização do serviço qualificando no atendimento, já é feito na Atenção Básica, mas se
 253 tivermos um centro referenciado com maior controle dos serviços, com certeza irá mudar, de fato o que a
 254 Sra. Ceci falou tem coerência, pois se fazermos uma avaliação histórica e a média de mamografia, por
 255 exemplo, não chega a quinhentas no AME por mês. A pactuação que foi feita em dois mil e doze, quando
 256 nós inauguramos, continua baixo, temos que fazer essa busca, a proposta do prefeito é pensando na
 257 questão da saúde da mulher, a Atenção Básica deve fazer melhor a busca, a estratégia é fazer com que as
 258 mulheres façam o papanicolau. O Sr. André Leandro complementa que o Centro de Referência a Saúde
 259 da Mulher, o prefeito já determinou o aluguel do prédio em frente ao camaroeiro um ambiente confortável
 260 para as mulheres e terá atendimento integral, procedimentos ginecológicos, atendimento a mulher
 261 inutilizada, gestação de alto risco, planejamento familiar e também já foi conversado que todos os recém-
 262 nascidos do município passarão pela primeira consulta com pediatra, será colocado o CEAMI – Centro de
 263 Atendimento Materno Infantil, com um ambiente maior com banco de leite para poder atender esse
 264 primeiro acompanhamento com orientação dos pais, é um programa voltado à saúde da mulher, atenção a
 265 gestante e que não vai tirar a característica da ESF é um atendimento inicial que vai orientar e rever
 266 protocolos como uma central de especialistas. O Sr. Ilson Vitório coloca que diante da aparente
 267 discrepância dos meses normais em relação aos meses de campanha pede para que registre sua
 268 impugnação diante dos resultados. O Sr. Edson pergunta se o prédio é adequado ao tipo de instalação. O
 269 Sr. André Leandro relata que é um prédio adequado e era um centro de imagem e a sala para onde vamos
 270 levar o mamógrafo, decidômetro são salas gabaritadas, a carga elétrica da unidade é preparada para isso, a
 271 única coisa que deverá ser feito são algumas adaptações de espaço. A Sra. Ceci faz uma observação que é
 272 necessário fazer um levantamento de dados da mulher na faixa etária de cinquenta e nove a sessenta e
 273 quatro anos, que nunca colheram preventivos ou que colheram a mais de três anos, realizarem busca ativa
 274 e flexibilizar o horário de atendimento nas Unidades para coletas de preventivo. Segue a apresentação. A
 275 Presidente relata que referente ao CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial, o assistente social no
 276 período do quadrimestre não teve. O Sr. Josenildo explica que por motivo de falta de tempo ainda não

[Handwritten signatures and notes in blue ink at the bottom of the page, including names like 'Josenildo', 'mam', and 'com esse'.]

277 digitaram as lacunas em falta e que no próximo faturamento provável deverá aumentar os dados. O Sr.
 278 Paulo Malta também explica que está tendo alguns problemas de digitação no CAPS com isso não está
 279 conseguindo gerar o faturamento. O Sr. Edson questiona que tipo de problema é esse que não consegue
 280 aparecer digitação. A Presidente responde que o CAPS está com novo sistema de faturamento, então a
 281 equipe administrativa está em adaptação para elaboração dos dados da unidade. A Presidente relata que
 282 no terceiro quadrimestre tem a questão de novembro, feriado e dezembro, em tudo referente à prestação
 283 de conta teve uma queda geral no âmbito de consultas e procedimentos. Segue a apresentação. A Sra.
 284 Ceci pergunta se estão sendo desenvolvidas no PAS – Programação Anual de Saúde ações educativas e
 285 preventivas para serem desenvolvidas em parceria com outras Secretarias quanto aos traumas por
 286 acidentes no município, porque continua o mesmo número de ocorrência nos três quadrimestres. O Sr.
 287 Edson fala sobre acidente de moto e acidente de trânsito com vítima, pergunta se o acidente de moto não
 288 entra nos dados de acidente de trânsito. O Sr. André Leandro responde que segue uma nomenclatura
 289 utilizada, na verdade acidente de trânsito com vítima é de acidente de carro. O Sr. Ilson Vitório questiona
 290 um quadro anterior se os dados estão corretos. A Presidente diz que será verificado. Segue a apresentação.
 291 A Sra. Ceci coloca uma observação da comissão se somar sessenta mil seiscentos e uma visitas por ACS
 292 – Agente Comunitário de Saúde durante o quadrimestre, efetuado quarenta e um mil seiscentos e
 293 cinquenta consultas médicas desse universo forem efetuadas vinte e três mil setecentos e trinta e oito
 294 acompanhados para os hipertensos pelos ACS e doze mil zero oitenta e dois pelo médico e enfermeiro,
 295 verifica-se aumento significativo no número de consultas e acompanhamentos pelos ACS, neste sentido
 296 informar se este acompanhamento e consultas atingiram todos os usuários cadastrados no programa, qual
 297 número de consultas por usuário cadastrado no programa. Quanto aos diabéticos foram acompanhados
 298 nove mil seiscentos e dois pelo ACS e três mil e setecentos e dezenove pelo médico e enfermeiro, neste
 299 sentido informar se este acompanhamento e consultas atingiram todos os usuários cadastrados no
 300 programa. A Presidente complementa dizendo que na verdade a Sra. Ceci quer saber se todos foram
 301 atendidos e se alguns foram atendidos mais vezes enquanto outras nenhuma. O Sr. Eduardo coloca que
 302 devem procurar saber se realmente todos foram atendidos. Segue a apresentação. O Sr. Ilson Vitório
 303 questiona que houve uma abrupta redução nos dados e qual seria o motivo. O Dr. Olegário afirma que
 304 neste período de novembro para dezembro nós perdemos uma prótese e não conseguimos repor, então
 305 está trabalhando com um protético a menos. O Sr. Ilson Vitório pergunta se essa perda foi desligamento.
 306 O Sr. Olegário responde que ela se demitiu e não foi feito a substituição porque precisa de concurso
 307 público para o cargo, o seu desligamento foi posterior ao último concurso público realizado. O Sr. Edson
 308 refere-se ao Dr. Olegário vemos que a rede não tem agente de prótese e prótese total, pergunta se existe
 309 prótese parcial e fixa. O Dr. Olegário responde que a rede não tem estrutura para oferecer este serviço. O
 310 Sr. Ilson Vitório pergunta se o serviço odontológico inclui a APAE – Associação Pais e Amigos dos
 311 Excepcionais. O Dr. Olegário responde que todos os portadores de necessidades especiais passam pelo
 312 serviço e alguns são feitos no hospital. O Sr. Ilson Vitório pergunta se os materiais adquiridos para
 313 realização de serviço é tudo através de procedimento licitatório. A Presidente confirma e esclarece tanto
 314 material como equipamento. Segue a apresentação referente à assistência a farmacêuticos e correlatos. O
 315 Sr. Ilson Vitorio pergunta se os referidos medicamentos vêm através das doses. A Presidente esclarece
 316 que são medicamentos em espécie. Segue a apresentação. A Presidente ressalta que em relação aos
 317 medicamentos de alto custo foi gasto para completar a ausência do Estado no envio dos medicamentos
 318 para a população, apesar de não ser obrigação quanto município, mas estamos custeando os
 319 medicamentos no valor de cento e sessenta mil e oitocentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos.
 320 Num total de medicamentos com recursos próprios do município foi gasto no terceiro quadrimestre três
 321 milhões e trinta quatro mil e novecentos e cinquenta e nove reais e setenta e cinco centavos, o que dá em
 322 torno de oito milhões em medicamentos no exercício de dois mil e dezoito. O Sr. Ilson Vitório pede

[Handwritten signatures and notes in blue ink at the bottom of the page, including names like 'Singer', 'mamãe', and 'com ressoque']

323 licença para registrar dois quesitos, o primeiro diante da presença da Secretária pedir para que autorize ou
 324 determine que as farmacêuticas das Unidades Básicas de Saúde forneçam quando solicitado pelo
 325 Conselho Gestor, a relação dos medicamentos faltantes. Fui surpreendido na frente do gerente atual do
 326 Jaraguazinho que não poderia informar prestar essas informações dos medicamentos faltantes, achei um
 327 absurdo, fora da realidade atual onde a Senhora pede sempre para fortalecer o Conselho Gestor, quero que
 328 registre na ata esta ocorrência, não compreendo o porquê querer omitir essa informação de suma
 329 importância, principalmente em um momento em que a Senhora esta sempre falando em fortalecimento.
 330 A segunda questão aproveitando a oportunidade, os valores altíssimos a ausência e a falta da insulina na
 331 Unidade do Jaraguazinho têm um paciente e pede para que registrar e assinar peguei a receita para não
 332 passar por conversa e nem levantar dúvida. É um absurdo faltar um medicamento dessa natureza, na
 333 receita do paciente está escrito que o remédio não foi entregue porque não tinha, caso tenham dúvida é só
 334 confirmar na Unidade. A Presidente pergunta se o caso foi encaminhado à ouvidoria. Sr. Ilson Vitorio
 335 responde que não encaminhou a ouvidoria porque achou melhor trazer ao plenário, pois todas as pessoas
 336 envolvidas se fazem presentes, é preciso tomar providência e evitar que isto ocorra, não pode tratar como
 337 caso isolado. O Sr. Edson pede para voltar ao quadro sobre a medicação de alto custo, sendo que é
 338 obrigação do estado, qual é o critério para realizar a compra do medicamento de alto custo, já que
 339 automaticamente não é para todos. A Sra. Derci esclarece que em relação a esse valor foi uma demanda
 340 judicial porque o estado não entregou a ^{Soma} atropina, e que tinha trinta e cinco crianças, adolescentes fazendo
 341 tratamento com uso dessa medicação e o estado cortou então a compra foi realizada acima de uma ação
 342 judicial para estes trinta e cinco processos, isso ocorreu no final do ano passado. Segue a apresentação. O
 343 Sr. Ilson Vitorio pede para registrar sua impugnação referente à locação de veículos que dizem não ser
 344 terceirização. A Presidente coloca que o contrato abrange a prefeitura e ao que cabe a pasta da saúde
 345 tenho que descrever no quadro de despesa. O Sr. Ilson Vitorio pergunta se nesse registro está incluído os
 346 veículos. A Presidente responde que está incluído na pasta da Secretaria de Saúde. O Sr. Ilson Vitorio
 347 coloca que é mais um motivo para ratificar sua impugnação, pois esta questionando a terceirização dos
 348 veículos que não querem considerar como serviço. Segue a apresentação. O Sr. Ilson Vitorio pergunta da
 349 segurança privada e a que se destina. A Presidente responde que o serviço de vigilância patrimonial
 350 armada vinte e quatro horas nas obras para a construção do CAPS AD e futura UPA Sul, está discussão já
 351 trouxemos ao plenário diversas vezes porque é do estado e colocou para o município a questão de
 352 segurança armada, devido aos roubos. O Sr. Edson pede a palavra para fazer um pedido em relação a
 353 todos os contratos, na qual faz parte da Comissão de Contratos e Convênios, gostaria de pedir a Secretaria
 354 que mande a relação de contratos vigentes e a relação todos na mesma ordem para que seja mais fácil de
 355 avaliar cada contrato. O Sr. Ilson Vitorio coloca que todas essas propostas foram aprovadas na ata. O Sr.
 356 Edson responde ao Sr. Ilson Vitorio e que não passou pelo Conselho e nem pela comissão. A Presidente
 357 fala que foi feito a deliberação, mas que não teve reunião agendada. Segue a apresentação. O Sr. Ilson
 358 Vitorio pergunta no que consiste a manutenção das Unidades. A Presidente responde desde uma troca de
 359 lâmpada, conserto da torneira, etc. O Sr. Paulo Malta faz uma observação que não consta nenhuma
 360 exoneração de funcionário pela Secretaria, são todos pedidos e que tem questionamento do Conselho
 361 referente ao assunto. O Sr. Edson pede a palavra e comenta sobre celetista em emprego público,
 362 comissionados, estagiários e terceirizados, temos a nossa Comissão da Folha de Pagamentos dos efetivos,
 363 celetista e empregos públicos comissionados, e não temos da João Marchesi, solicito a esse Conselho que
 364 criasse também a Comissão de Folha de Pagamento da Organização Social para análise e
 365 acompanhamento. A Sra. Derci esclarece que em relação ao Contrato de Gestão tem representante do
 366 Conselho na Comissão que faz acompanhamento e avaliação, sendo aberto e transparente. A Presidente
 367 informa que a folha de pagamento da João Marchesi estará disponível no site. O Sr. Ilson Vitorio
 368 impugna devido à falta de transparência da terceirizada João Marchesi. A Presidente esclarece que será

[Handwritten signatures and notes at the bottom of the page, including names like 'Edson', 'Ilson Vitorio', and 'Paulo Malta', along with various scribbles and initials.]

369 disponibilizado o site para fazer a consulta, a Sra. Simone estará enviando por e-mail o endereço. Segue a
370 apresentação. A Sra. Derci faz o convite aos Conselheiros para que participem das Pré-Conferências e diz
371 que há pouca participação, somos exemplo para a comunidade, cada um deve fazer o seu papel, para nos
372 criticar existem muitas pessoas, mas para conversar sobre saúde são poucas. A Presidente informa quanto
373 à redução da mortalidade infantil e esses dados são preliminares e ainda podem ter alteração no resultado,
374 e nesse momento parabeniza o trabalho árduo da Secretaria. O Sr. Paulo Malta relata que historicamente
375 Caraguatatuba nunca esteve abaixo de dez, apesar de São Sebastião e Ilha Bela já terem passado por isso
376 e que devemos lutar pra manter esses números. O Sr. Edson também parabeniza o resultado e pergunta
377 diminuiu o índice de mortalidade o porquê mudou o sistema de uma hora para outra a Organização Social
378 assumiu a gerência, se nos alcançamos esses índices menores porque mudou tudo. O Sr. Paulo Malta
379 esclarece que foi mudado apenas as gerentes que foram colocados em pontos chaves para manter a
380 qualidade que se conseguiria em algum serviço, elas ficarão presentes em algumas Unidades de Saúde e
381 que além da gerente terá mais uma pessoa para fazer o acompanhamento desse trabalho. O Sr. Edson
382 coloca que partindo desse princípio irá reduzir ainda mais esse índice. O Sr. Ilson Vitorio diz que
383 referente à fala do Sr. Edson que esse mérito foi da equipe anterior. A Sra. Derci diz que é uma soma de
384 várias atividades na qual o processo começou em dois mil e dezessete envolvendo a sífilis congênita, pré-
385 natal, consultas, trabalho em que a Sra. Ceci esta realizando, vigilância, atenção básica e equipe da ESF.
386 Segue a apresentação. O Sr. Edson pede licença ao Conselho para se retirar do plenário e coloca que se
387 existe prazo para ser apresentado na Câmara, propõe que a apresentação ao Conselho seja realizada em
388 tempo hábil, para que possamos fazer os apontamentos. A Presidente confere o quórum, e nesse
389 momento no plenário há dez Conselheiros. A Sra. Ceci coloca que a reunião é apenas uma apreciação e
390 não necessita de aprovação. Segue a apresentação. A Sra. Ceci coloca que referente ao controle da dengue
391 solicita correção nos dados porque houve um problema no sistema da SUCEN, o correto é vinte e nove
392 mil seiscentos e quarenta visitas realizadas. Segue a apresentação. A Presidente relata que é de
393 conhecimento de todos que o próprio site do SIOPS – Sistema de Informação sobre Orçamento Público
394 em Saúde está informando a manutenção do sistema, não está disponível para os municípios, portanto
395 não é possível alimentar, para poder ter a informação a contento e a contabilidade do município pelo
396 sistema PRESCON – Assessoria em Informática ainda não fechou, então será encaminhado no terceiro
397 quadrimestre o percentual de aplicação do exercício, a questão dos quinze por cento, aplicação mínima e
398 quanto foi aplicado em dois mil e dezoito. O Sr. Eduardo pergunta se esses tipos de falta de informação
399 atrapalham na hora da audiência publica. A Presidente diz que infelizmente depende do sistema que é do
400 Ministério o SIOPS, alguns dados a Sra. Elizabeth Sabrina conseguiu levantar, são dados preliminares e
401 estes números podem ser alterados, prejudicou a parte financeira do município. Segue a apresentação. O
402 Sr. Ilson Vitorio pergunta o porquê do cancelamento do valor de dezenove mil cento e sessenta reais e
403 cinquenta centavos. A Sra. Elizabeth esclarece que no mês de novembro de dois mil e dezoito a Secretaria
404 da Fazenda da prefeitura mandou cancelar todos os empenhos de dois mil e dezessete dentre esses é os
405 que estão no terceiro quadrimestre, material de consumo, material de distribuição gratuita, pelo fato de ter
406 um período contado para trabalhar o orçamento, porém não pode arrastar o orçamento de um ano para o
407 outro, por exemplo, hoje dois mil e dezenove temos bastante empenho de dois mil e dezoito em aberto, o
408 Tribunal de Contas nos questiona que devemos trabalhar no exercício para o orçamento do exercício, a
409 Fazenda esta pressionando para entrar no mês de abril sem déficit a pagar apenas com exercício de dois
410 mil e dezenove, infelizmente por diversos motivos a Saúde não consegue fazer isso, chegou novembro do
411 ano passado e a Fazenda decretou a anulação de todos os empenhos. Segue a apresentação. O Sr. Ilson
412 Vitorio pergunta sobre o valor dado da receita do município se são milhões que é fatiado do IPTU –
413 Imposto Predial e Territorial Urbano para a Saúde. A Sra. Graciete responde que não, que esse valor
414 corresponde ao total que o município arrecada e desse total que retira a percentual que é para saúde e

ins *Edson* *Ilson* *Paulo* *Elizabeth* *Graciete* *Simone*

415 educação. Por fim, a Comissão de Acompanhamentos dos Instrumentos de Planejamento recomenda:
 416 apresentar mesmo que provisório o percentual aplicado nas ações e serviços de saúde de forma a não ter
 417 restos a pagar de dois mil e dezoito, cancelados em dois mil e dezenove, recomendamos que o plano de
 418 ação para dois mil e dezenove seja avaliado. Recomendamos ainda, que apresente devolutiva ao Conselho
 419 no prazo de trinta dias, apontando que a prestação de contas não foi acompanhada da avaliação da
 420 repercussão das ações nas condições de saúde e na qualidade dos serviços de saúde prestados a
 421 população. Finalizada a apresentação a Presidente informa que acontecerá Audiência Pública, no dia 28
 422 de fevereiro de 2019, às 15h, na Câmara Municipal, e ressalta hoje teremos Pré-Conferência no Bairro
 423 Casa Branca e amanhã no Bairro Massaguaçu. Na sequência agradece a presença de todos e encerra a
 424 reunião. Eu Simone Pereira Sousa Santos, lavro a presente ata que segue para leitura e aprovação de
 425 todos.

426	Sr. Amauri Barboza Toledo (titular)	AUSENTE
427	Sra. Derci de Fátima Andolfo (suplente)	
428	Sr. André Luís da Silva Leandro (titular)	
429	Sr. Adriano Fernandes Gazalli (suplente)	AUSENTE
430	Sra. Priscila Meyer (titular)	
431	Sr. Fábio de Souza Cabral (suplente)	AUSENTE
432	Sra. Elen Rosi Martins (titular)	
433	Sra. Débora Santos de Brito (Suplente)	AUSENTE
434	Sr. Benedito Raphael Rodrigues Neto (suplente)	AUSENTE
435	Sra. Maria do Amparo de M. Manoukian (titular)	
436	Sra. Ceci Oliveira Penteado (suplente)	
437	Sra. Érica de Cássia Perroni (suplente)	AUSENTE
438	Sra. Ana Aparecida Fernandes (suplente)	
439	Sra. Leonor Diniz Santos Ferreira (suplente)	AUSENTE
440	Sr. José Aparecido dos Santos (titular)	
441	Sra. Julia de Fátima Umbelino (suplente)	AUSENTE
442	Sra. Cilmara de Oliveira dos Santos (titular)	AUSENTE
443	Sra. Sônia Maria Fante (suplente)	
444	Sr. Mário Penteado (titular)	AUSENTE
445	Sra. Sônia Maria Vitor (suplente)	AUSENTE
446	Sr. Ilson Vitório de Souza (titular)	
447	Sr. Guaracy Alves de Alcântara (suplente)	
448	Sr. Edson Mendes do Amaral (titular)	
449	Sr. Alexandre de Almeida (suplente)	AUSENTE
450	Sra. Nilma da Silva Spranger (titular)	
451	Sra. Maria Aparecida Waack (suplente)	AUSENTE
452	Sr. Eduardo Meirelles (titular)	
453	Sr. Nilton de Oliveira e Silva (suplente)	AUSENTE
454	Sra. Edna Ueda Yoshimoto (suplente)	AUSENTE